

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA BRASILEIRA

A presente seção consta da sistematização de um debate aberto desenvolvido no âmbito da “III Missão de Trabalho do Observatório Social e do Trabalho” promovida pelo Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), realizado nos dias 27 e 28 de junho de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Cidade Universitária D. José Delgado, em São Luís-MA. O debate foi realizado em 28 de junho de 2016, no Auditório Central da UFMA, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva da Universidade Federal do Maranhão. O tema abordado, “Direitos Sociais e Políticas Sociais na atual conjuntura econômica e política brasileira”, foi amplamente explorado pelos conferencistas, Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Prof. Dr. Amilton José Moretto do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, na condição de debatedora, pela Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho da Universidade Federal do Ceará (UFC).

De acordo com os conferencistas, o desenvolvimento da atual crise capitalista, de caráter global, vem impondo aos estados nacionais a construção de estratégias, nos âmbitos macroeconômico, geopolítico, social, cultural, espacial e ambiental para a resolução de antagonismos cada vez mais sistemáticos.

Nesse sentido, o **Prof. Amilton Moretto**, fez uma breve contextualização dessa crise, lembrando que, no Brasil, sua face visível, além dos problemas de ordem político-partidária e de gestão pública, são os sucessivos cortes de gastos, sobretudo os sociais. Trata-se de um contraponto ao que ocorria no ciclo dos governos petistas até o primeiro governo Dilma (2011-2014), quando o crescimento econômico tornou possível a operacionalização do pacto social definido na Constituição Federal de 1988, conciliando-se políticas sociais, crescimento econômico e pagamento de juros.

Na sua análise o **Prof. Amilton Moretto** procurou apresentar os componentes do movimento que ocasionou tal reviravolta. Do seu ponto de vista, ocorreu uma drástica desaceleração da atividade econômica, o que se expressou na queda do PIB. Com o rebaixamento da lucratividade das empresas, houve elevação do desemprego, diminuição da renda dos trabalhadores, queda da arrecadação fiscal da União, mas também de Estados e municípios.

O atual governo interino, assentado em um projeto político conservador, tem efetuado corte nas despesas primárias, mas mantém a taxa de juros alta, estratégia que prejudica o consumo e os investimentos produtivos, mas beneficia os ganhos do capital rentista. Exemplo desse favorecimento é a ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), o que permite ao governo federal usar livremente 30% dos recursos federais vinculados por lei a fundos ou despesas, superando, assim, o patamar do já questionável uso livre de 20% dos tributos.

O conferencista reafirmou que o declínio da produção e a decorrente redução de receitas gera implicações para o futuro na forma de cortes sociais e desproteção dos segmentos mais fragilizados em tempos de recessão. Essa desproteção se dá mediante a desmontagem do Estado social expressa, dentre outras medidas, na extinção da política de valorização do salário mínimo e na privatização e desmonte das políticas sociais. Medidas que implicam no risco de desestruturação do sistema de proteção social. E finalizou sua exposição ressaltando a importância da reação da sociedade, através de seus movimentos e organizações, como forma de enfrentar o processo de desestruturação do sistema de proteção social no país.

A segunda conferencista, **Profa. Maria Carmelita Yazbek**, iniciou apontando a desigualdade e a violência como formas históricas que vitimizam, no Brasil, negros, índios, homossexuais, camponeses e pobres, de modo geral, solo em que são pensadas e operacionalizadas as políticas sociais. Estas se expressam hoje num contexto adverso manifesto, de um lado, pela extinção de direitos e pela supervalorização das teses da meritocracia, da responsabilidade individual e familiar (*workfare*). De outro lado, pela violência expressa mediante a submissão do trabalhador a quem é imposto labor e formas de proteção incertas e precários.

Profa. Maria Carmelita Yazbek destacou também a íntima conexão entre as atuais políticas sociais brasileiras de perfil focalista e com suporte em condicionalidades e as transformações societárias que expressam a hegemonia do capitalismo financeiro. Tais modificações passaram a implicar em redução da ação reguladora e de legitimação dos governos nacionais, exigindo políticas públicas restritivas e redução de direitos sociais, frutos de históricas das lutas trabalhistas. Trata-se de processo apoiado por agências multilaterais que concebem a pobreza fora dos confrontos entre o capital e o trabalho, desvinculada, portanto, dos seus determinantes estruturais. No Brasil, caracterizado pela existência de estruturas concentradoras de propriedade e de poder, esses processos ocorrem, hoje, em contexto de crise política e social sem precedentes, marcados pelo avanço do pensamento conservador e por processos assimétricos que incidem nas múltiplas dimensões da vida.

De fato, ao seu ver, como o capital domina o mundo e a cultura, frações interessadas da burguesia e da classe média que consideram excessivo o pouco de proteção social que foi conquistado, adensam a operação insidiosa favorecida por ação midiática que elide a noção de solidariedade sistêmica, favorecendo a privatização de serviços e a retirada de direitos. Passam a prevalecer, desse modo, processos de “descidadanização”, “desuniversalização” e privatização do espaço público. Ao impor nova sociabilidade pautada no individualismo e no consumismo, esses mesmos sujeitos sociais declaram fracassados os projetos emancipatórios da classe trabalhadora, distanciando da vida política a demarcação de limites ao caráter predatório do capital.

Considerando o contexto de desvalorização e desqualificação da política, a autora finalizou sua fala perguntando: considerando os espaços de poder tradicionalmente demarcados pelas elites e os interesses que prevalecem nas instituições que operam políticas sociais, como construir

novas e eficientes formas de resistência dos trabalhadores? Ressalta, como desafio, em meio ao confronto de projetos sociopolíticos e societários, a necessidade de apoio às formas de resistência das populações pobres.

Na condição de debatedora, a **Profa. Alba Maria Pinho de Carvalho**, retomou os principais aspectos apontados pelo **Prof. Amilton Moretto** e pela **Profa. Maria Carmelita Yazbek**. Desse modo, contextualizou a crise política no Brasil caracterizando o processo de impeachment da presidente eleita, Dilma Rousseff, como golpe em curso, golpe de Estado, com respaldo parlamentar, jurídico e midiático. Do seu ponto de vista, esse processo materializa-se pela tomada de poder por um governo interino que assume projeto de desenvolvimento econômico a ser implementado a qualquer custo, incluindo desmonte de políticas públicas e sociais, com restauração e reversão de cariz conservador.

A debatedora ressaltou a importância de se conhecer a história por trás do golpe de Estado. A seu ver, esta remete à posição do Brasil como plataforma de acumulação rentista e à trajetória do ajuste no país, desde os anos 1990. Desse modo, a crise em países como a China repercute na América Latina e no Brasil, o que vem indicando o encerramento de um ciclo de crescimento econômico e início de um novo ciclo de distributivismo sem reforma.

Assim, a crise no Brasil, em todas as suas expressões, atingiu o capital que se viu privado de retomar a taxa de lucro e a acumulação no nível e velocidade necessários. O projeto do governo interino, portanto, chamado “Ponte para o Futuro” (o qual deve ser lido e analisado) é, na verdade, uma ponte para o capital, vinculado a duas frentes: a) Privatização e desnacionalização; b) Corte de gastos sociais com destituição de direitos e desmonte de políticas sociais.

O golpe em curso, segundo a debatedora, atinge os pobres no campo e na cidade. Isto pode ser visualizado na fusão de Ministérios, uma estratégia que, ao contrário de reduzir gastos públicos, visa privilegiar o capital a despeito de penalizar os trabalhadores pobres. Como exemplo a autora citou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto com rebatimentos em políticas de apoio à agricultura familiar.

A **Profa. Alba Maria Pinho de Carvalho** finalizou sua fala, reafirmando a ofensiva do projeto de retomada da taxa de lucro para o capital e a disputa de classes, num contexto de crise em que o Congresso, o Judiciário e a Mídia no Brasil, desrespeitam, por meios diretos ou capciosos, a soberania popular.

Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (Pesquisadora do GAEPP)
Profa. Dra. Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira (Pesquisadora do GAEPP)
Profa. Dra. Cleonice Correia Araújo (Pesquisadora do GAEPP)